



Valéria Lopes Peçanha

IX ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

GT PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS NO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA AMAZÔNIA

**POTENCIALIZANDO ESCOLAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA
SEXUAL NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES
DE EXTENSÃO DO NEGED/IFPA**

São Paulo, SP

2025



POTENCIALIZANDO ESCOLAS NO COMBATE À VIOLÊNCIA SEXUAL NA AMAZÔNIA: CONTRIBUIÇÕES DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO NEGED/IFPA

Valéria Lopes Peçanha ¹

INTRODUÇÃO

As escolas, como parte da sociedade, são afetadas por questões da contemporaneidade tais como as transformações culturais na era digital, incluindo-se a polarização política que, no quadro da ascensão neoconservadora no Brasil e no mundo, mobiliza questões de gênero e sexualidade, deslegitimando direitos, criminalizando sujeitos e impondo a moral religiosa no plano do debate público e da política (Biroli; Vaggione; Machado, 2020).

Neste disputado contexto, educar para a cidadania tal como previsto na LDB de 1996, se atualiza como desafio ético-político em meio aos tensionamentos das relações de gênero e sexualidade, como uma demanda de resistir e seguir educando para a diferença, de engajar escolas na busca superação das desigualdades e opressões que atravessam os sujeitos, buscando produzir novas subjetividades e relações livres de violência através da Educação.

Em edições anteriores do ENASEB, buscamos dimensionar abordagens de gênero e sexualidade por profissionais do Ensino de Sociologia (majoritariamente mulheres), verificando múltiplas experiências e estratégias em todo Brasil, mas também “desigualdades de condições” regionais e obstáculos nas comunidades escolares, como a “falta de apoio interno” e externo mediante o avanço “do neoconservadorismo sobre a institucionalidade democrática e as relações sociais, a Educação, os direitos e as políticas públicas” (Peçanha; Tomass, 2021, p. 165).

Tendo vivenciado por uma década (entre 2012 e 2022) como docente e pesquisadora, uma comunidade acadêmica do RJ em que a ação dos sujeitos da Educação – com destaque para o protagonismo do movimento estudantil (Peçanha, 2021) – transformou questões de gênero e sexualidade em demandas de democratização da Educação, iniciei minha nova etapa profissional como docente do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) em 2022 atenta às questões de gênero e sexualidade, contando com o trabalho desenvolvido por outras docentes do campo de Humanidades, que resultaria na aprovação da

¹ Professora EBTT do IFPA Campus Santarém, coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual e líder do Grupo de Pesquisa em Educação. Contato: valeria.lopes@ifpa.edu.br.



Resolução n.º 706/2022 do CONSUP, que instituiu a política institucional de gênero e sexualidade no âmbito do IFPA.

Somando esforços que têm buscado contrariar as altas estatísticas da violência de gênero na Amazônia e as desigualdades regionais da Ciência e da Educação no Brasil, iniciamos no IFPA *Campus* Santarém a construção do Núcleo de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual (NEGED)², buscando articular um grupo de discentes e servidoras/es interessadas/es/os na temática, através de um projeto de extensão no 2º semestre de 2022 e formalizando a criação do núcleo no 1º semestre de 2023³.

Referenciando nossas ações nas demandas da comunidade acadêmica, teríamos como ponto de partida a questão da violência de gênero que emergia como demanda discente na instituição através de denúncias e manifestações públicas⁴, impulsionando problematizações, articulações e mudanças institucionais⁵. Como parte deste processo, Comin (2023) abordaria naquele contexto a percepção de estudantes sobre a ocorrência de assédios sexuais relacionados ao espaço acadêmico, evidenciando a falta de ação institucional e a urgência do trabalho pedagógico sobre a temática, tendo como base os *campi* do IFPA de Conceição do Araguaia e Santarém.

Temos nos dados produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre a violência nos últimos anos, indicações pertinentes sobre o papel fundamental das escolas na desinstitucionalização da violência de gênero no Brasil. Edições mais recentes do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, mobilizam dados que a partir de 2019 passam a requalificar os crimes sexuais (com mudanças metodológicas), tornando possível a caracterização dos

² O NEGED Santarém foi o primeiro a ser formalizado na instituição seguindo a Resolução 706/2022 do CONSUP. Posteriormente outros núcleos seguiriam este processo, possivelmente formalizando trabalhos preexistentes, ainda que novas articulações tenham sido impulsionadas. Indica-se a necessidade de pesquisas sobre este processo nos demais *campi* do IFPA, sendo possível reconhecer que há uma relação entre a formalização nos *campi* e a atuação prévia de profissionais. Neste sentido, trata-se de uma mudança institucional que confere certa institucionalidade ao trabalho de docentes engajadas/os na temática de gênero e sexualidade num contexto político adverso.

³ A trajetória inicial do NEGED no IFPA *Campus* Santarém no enfrentamento à violência de gênero foi focalizada no trabalho intitulado “*Construindo o NEGED e desinstitucionalizando a violência de gênero no IFPA*” apresentada no Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 na UFSC em Florianópolis/SC em 2024. Anteriormente, no VIII ENESEB realizado em Belém/PA em 2023 apresentamos o trabalho *Práticas interseccionais de extensão acadêmica na Amazônia Paraense* sobre a articulação do grupo em 2022.

⁴ Em 2022 estudantes do IFPA *Campus* Belém fizeram uma manifestação nas ruas da capital paraense contra episódios de assédio sexual que envolveriam servidores da instituição. (Disponível no link: <https://www.oliberal.com/belem/ifpa-investiga-suposto-caso-de-assedio-sexual-no-campus-belem-1.587442> . Acessado em 18/03/2025).

⁵ Além da Resolução 706/2022 do CONSUP e da criação dos NEGED em diversos campi do IFPA, destacamos a criação da Ouvidoria da Mulher no 1º semestre de 2025.



crimes relacionados à violência sexual como intrafamiliares, majoritariamente cometidos em espaços domésticos por homens contra meninas e adolescentes (Temer, 2022).

Buscando travar este diálogo no IFPA Campus Santarém, em 2024 iniciamos o projeto de extensão⁶ *Potencializando escolas da região do Baixo Amazonas no combate à violência sexual*, com o objetivo de estender os diálogos sobre direitos da infância e da juventude à outras comunidades educacionais, aproximando-nos e também a estas escolas do Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes (SGDCA) previsto pela Lei 13.431/2017, reafirmando o papel estratégico das instituições educacionais no combate à violência sexual (Temer, 2022) e ampliando o alcance do trabalho do NEGED na região.

Reconhecendo a violência de gênero na Amazônia, a pesquisa recente intitulada *A violência contra mulheres na Amazônia Legal nos últimos cinco anos em comparação com o restante do país: violência letal desproporcional e escalada mais acentuada das violências não letais* (Instituto Igarapé, 2024) indica que, se no Brasil os últimos anos são marcados pelo aumento da violência contra as mulheres, na Amazônia este quadro se quadriplica em gravidade, pois registra-se um aumento de 47% frente ao aumento de 12% do país entre 2018 e 2022, portanto 4 vezes mais. No tocante à violência sexual registra-se um crescimento de 34%, tendo o Pará registrado o crescimento de 74% com um alarmante recorte etário e racial, já que são as mulheres mais jovens e racializadas as que têm mais chances de morrer por feminicídio. Com efeito, a questão de gênero na Amazônia Paraense nos coloca diante de um desafio complexo que exige um caminho interdisciplinar e interinstitucional para a superação destas violências.

O projeto consistiu na realização de palestras em duas escolas públicas da cidade de Santarém/PA, além do próprio IFPA⁷, sendo i) na região urbana, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Frei Othmar (Escola 1), no bairro Santíssimo, com um público de 90 estudantes de nível médio (da mesma faixa etária atendida pelo IFPA nos cursos integrados) e ii) na região rural, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Irmã Dorothy Mae Stang (Escola 2), no bairro do Caranazal, com um público de 82 estudantes dos anos finais do nível fundamental. Foram ministradas 2 sessões em cada escola com turmas dos anos finais do EM na Escola 1 e dos anos finais do EF na Escola 2, não sendo possível alcançar a totalidade de

⁶ Contamos com apoio institucional do Proextensão 2024 do IFPA.

⁷ Embora a atividade tenha sido ministrada inicialmente no IFPA *Campus* Santarém em agosto de 2024, quando reunimos no auditório cerca de 200 estudantes – majoritariamente jovens do Ensino Médio Integrado –, o questionário ainda não havia sido elaborado, de modo que os dados produzidos e analisados neste trabalho se baseiam somente nas demais escolas contempladas nesta etapa do projeto.



estudantes destas instituições em razão da ausência de espaços amplos para reunir mais participantes.

É pertinente destacar que, dentre as diferenças das duas escolas abarcadas nesta etapa do projeto, temos que se tratam de redes de ensino distintas, sendo a Escola 1 da rede estadual e a Escola 2 da rede municipal. Diferente de outros estados brasileiros, no Estado do Pará as redes municipais e estadual ainda se ocupam dos níveis fundamental e médio simultaneamente, de modo que ambas possuíam Ensino Fundamental. Na articulação da atividade com as gestões, contudo, definimos que as atividades seriam desenvolvidas com turmas de EM na Escola 1 e de EF na Escola 2.

Como forma de avaliar a atividade, utilizamos um formulário formado por 6 questões objetivas e 1 questão aberta, aplicado pela equipe⁸ ao final das atividades junto aos 172 estudantes participantes externos do projeto. Esta metodologia nos possibilitou mensurar com os mesmos alguns aspectos sobre a abordagem ou mais recorrentemente a ausência da abordagem do tema violência sexual por parte da escola e da família, buscando também aproximá-los da rede de proteção (conselhos tutelares, delegacias especializadas e demais componentes do SGDCA). Por fim, nos limites da metodologia adotada, a questão aberta do formulário motivou sugestões e problematizações que exporemos na análise.

Com base nos dados produzidos, nesta etapa do projeto sistematizamos alguns gráficos e falas⁹ que passamos a analisar.

Em primeiro lugar questionamos os estudantes sobre já conhecerem o tema violência sexual antes do contato com o projeto do IFPA, recebendo respostas distintas nos dois casos, conforme os gráficos elaborados:

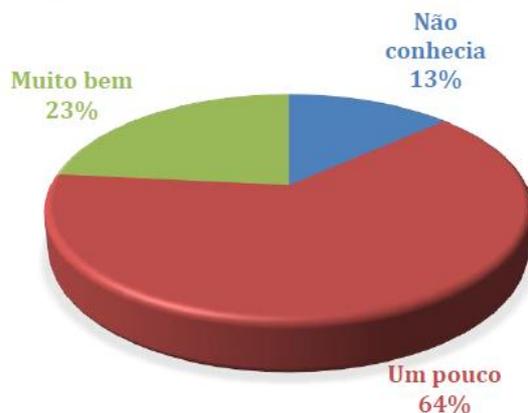


⁸ Contamos com 2 bolsistas do Proextensão, além da coordenação e de 3 docentes componentes do NEGED.

⁹ Nos referimos às observações feitas pelos estudantes na questão aberta do formulário.

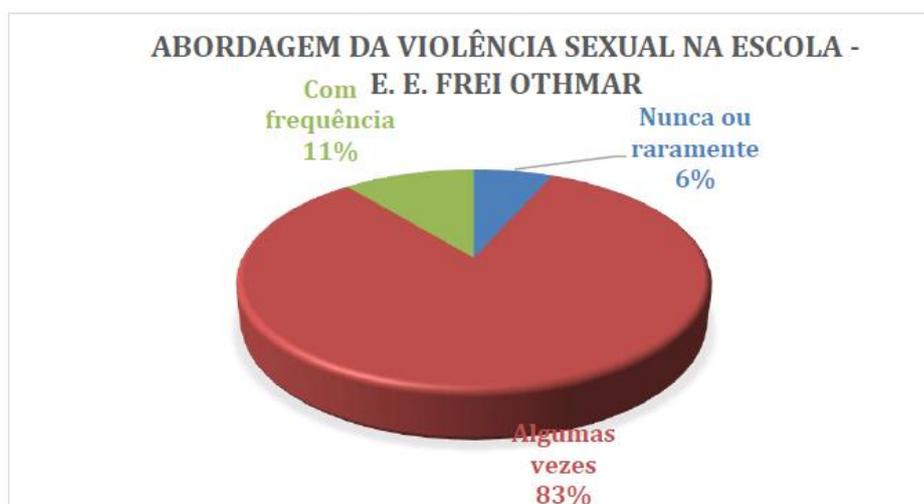


CONHECIMENTO PRÉVIO DO TEMA VIOLÊNCIA SEXUAL - E. M. IRMÃ DOROTHY



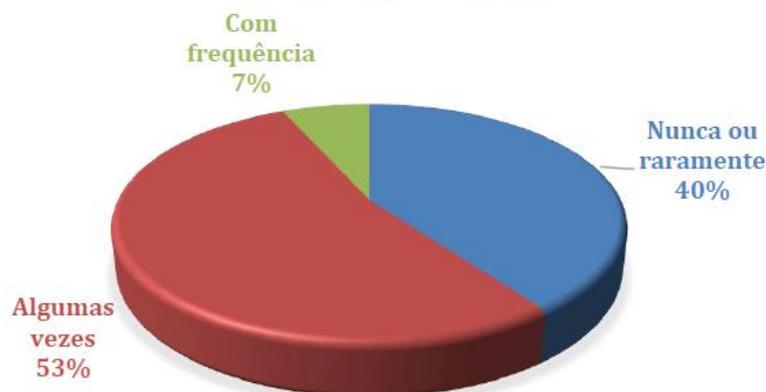
Podemos observar que, enquanto entre os discentes do EM na Escola 1 havia um percentual considerável de estudantes afirmando conhecer muito bem o tema, 54%, entre os discentes do EF na Escola 2 este grupo se reduz para somente 23%, de modo que a maior parte demonstrou ~~demonstraram maior~~ distanciamento do tema violência sexual: 64% afirmaram conhecer somente um pouco o tema e 13% declararam não o terem conhecido antes do contato com o projeto de extensão do IFPA.

Em seguida, questionamos sobre a abordagem do tema pela escola, encontrando diferenças de abordagem nas etapas de ensino fundamental e médio.





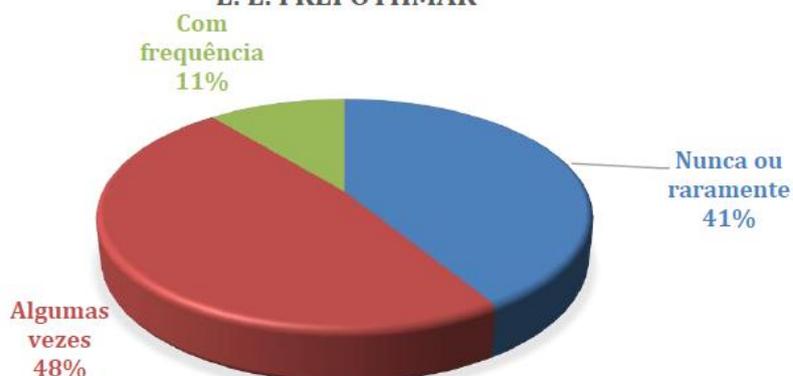
ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA ESCOLA - E. M. IRMÃ DOROTHY



Nos gráficos acima, observa-se que na Escola 1 83% dos estudantes do EM informaram que o tema violência sexual teria sido abordado algumas vezes, enquanto na Escola 2 esse percentual diminuiu para 53% entre os estudantes do EF, ao mesmo tempo em que 40% destes últimos indicaram que o tema nunca ou raramente teria sido abordado. Uma vez que nos limitamos a abordar somente as percepções dos estudantes que participaram das atividades, não foi possível problematizar possíveis diferenças do trabalho pedagógico nos dois segmentos, tendo em vista tanto a diferença de estruturação das políticas públicas nas redes municipal de Santarém/PA e no Estado do Pará, quanto a diferença etária, que poderia implicar em mais acesso à temática por parte de estudantes do EM. Contudo, destaca-se que em ambas as escolas o baixo percentual de estudantes que reconhecem que a abordagem do tema violência sexual ocorre com frequência.

O questionamento seguinte focalizou o reconhecimento da abordagem do tema da violência sexual junto às famílias dos estudantes.

ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA FAMÍLIA - E. E. FREI OTHMAR

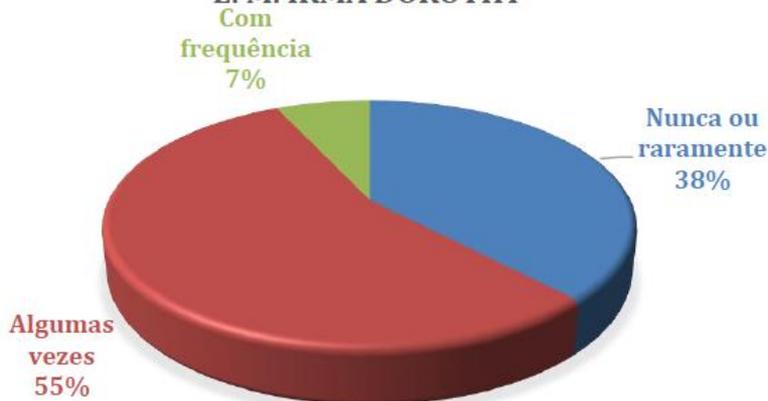


Aqui encontramos percentuais ainda mais desfavoráveis, porém mais similares nas diferentes faixas etárias e etapas de ensino envolvidas, tendo a Escola 1 registrado entre os



estudantes do EM que 41% das famílias nunca ou raramente abordavam o tema, enquanto 48% destes estudantes indicaram que o tema teria sido abordado algumas vezes. Já entre os estudantes do EF da Escola 2, 38% afirmaram que o tema nunca ou raramente foi abordado por suas famílias, enquanto para 55% a abordagem teria ocorrido algumas vezes.

ABORDAGEM DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA FAMÍLIA - E. M. IRMÃ DOROTHY



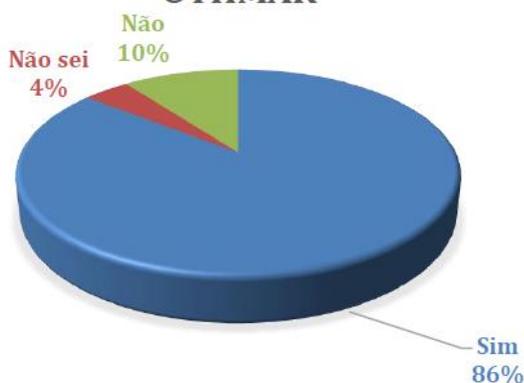
Destaca-se, o baixo percentual de estudantes de ambas as escolas que reconhecem que a abordagem dos temas ocorre com frequência em suas famílias, sendo 7% entre estudantes do EF na Escola 2 e 11% entre estudantes do EM na Escola 1. Ainda que em pequena escala, estes dados convergem com interdições das demandas da juventude brasileira por liberdade e educação sexual, que remontam aos anos 1990, conforme problematizamos em trabalhos anteriores (Peçanha, 2021).

Apesar dos avanços parciais dos direitos da juventude na última década com o Estatuto da Juventude de 2013, a interdição da demanda juvenil pelo direito à sexualidade se atualizaria com a incidência da ação neoconservadora contra o projeto educacional brasileiro através do programa *Escola Sem Partido (ESP)* a partir de 2014 (MIGUEL, 2016).

Retornando aos dados produzidos junto aos participantes do projeto, quando questionados sobre reconhecerem a importância do tema e perceberem se a abordagem direta do mesmo poderia ajudar no combate à violência sexual, os estudantes foram massivos neste reconhecimento, sendo de 86% na Escola 1 e de 77% na Escola 2. Assim, nossa percepção durante a realização das atividades sobre a grande receptividade dos estudantes para este difícil tema, foi reforçada em ambas as escolas.



RECONHECIMENTO DA PERTINÊNCIA DO TEMA VIOLÊNCIA SEXUAL - E. E. FREI OTHMAR



RECONHECIMENTO DA PERTINÊNCIA DO TEMA VIOLÊNCIA SEXUAL - E. M. IRMÃ DOROTHY



No quadro em que as famílias recorrentemente silenciam sobre o tema, o reconhecimento estudantil indica a pertinência de abordagens pedagógicas consistentes do mesmo em ambas as escolas, faixas etárias e níveis de ensino. Neste sentido, embora a presença do projeto seja significativa para a iniciação deste diálogo com estas comunidades acadêmicas, é preciso avançar em ações com maior constância nos cotidianos escolares.

Os gráficos acima sinalizam ainda a diferença de conhecimento da temática entre as escolas 1 e 2, que interpretamos também como uma diferença entre estudantes do EM (Escola 1), com maior nível de reconhecimento e menores percentuais registrados para “não sei” e “não”, se comparados aos do EF na escola 2.

Na Escola 1, os estudantes do EM convergiram na percepção da pertinência do tema, indicando urgência da abordagem do mesmo desde os anos iniciais da Educação Básica, inclusive estendendo-se o trabalho pedagógico aos responsáveis:

Esse assunto é abordado somente nos últimos anos (Ensino Médio)? Se sim, mude.
As crianças precisam saber do certo e errado; 6, 7 e 8 anos são as turmas que

precisam de atenção. Brincadeiras deveriam ser feitas 1 vez por semana, indicando para as crianças onde tocar e não tocar. Roda de conversa entre alunos, conversa individualmente. Além de conversar com as crianças e adolescentes, conversar com os pais aproveitando as reuniões para sensibilizá-los. Alguns alunos na escola já têm filhos. (Estudante 1, 3º ano EM, E. E. Frei Othmar)

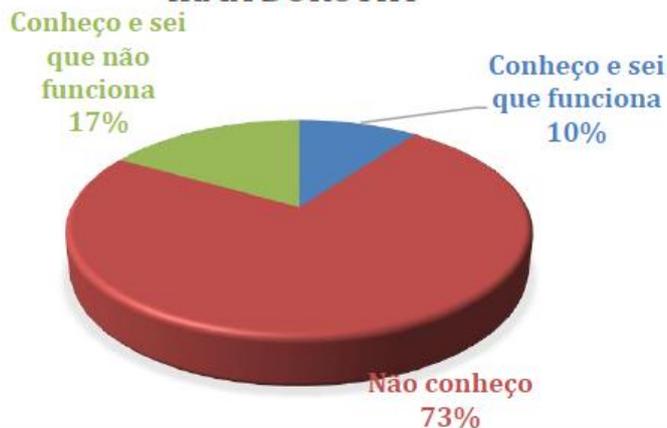
Essa temática deve ser mais abordada nas escolas. Esse assunto não é muito comentado, pois muitas pessoas ainda não entendem o quanto é importante e acabam não dando importância. A melhor coisa que podemos fazer para abordar, é falar com as crianças e adolescentes sobre a importância de não deixar, não se vender, não achar normal e que há outros meios de cuidado. (Estudante 2, 3º ano EM, E. E. Frei Othmar)

Outro aspecto muito relevante que pudemos reconhecer consiste na percepção que os estudantes têm da rede de proteção de direitos com a qual contam na cidade de Santarém/PA, sendo majoritário o desconhecimento da mesma por 61% dos estudantes do EM na Escola 1 e ainda maior na Escola 2 entre os estudantes do EF: 73% declara não conhecer a rede de proteção. Vejamos nos gráficos abaixo:

**CONHECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO - E. E.
FREI OTHMAR**



**CONHECIMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO - E. M.
IRMÃ DOROTHY**





Destaca-se o percentual significativo de estudantes que conhecem a rede de proteção desde a fragilidade de funcionamento da mesma, que se expressou na opção “conheço e sei que não funciona” para 26% dos estudantes da Escola 1 e para 17% da Escola 2. Novamente temos um maior nível de desinformação entre estudantes do EF, na medida em que se verifica no EM maior familiaridade com o tema rede estadual, seja por uma maior abordagem da escola ou por uma maior autonomia de jovens nos anos finais da adolescência na busca de informações para seus interesses.

Tais indicações convergem com teorizações que focalizam diferenças nas relações de poder que se impõem sobre os jovens e de modo mais agravado sobre os jovens mais jovens (Leite, 2010), na medida em que as hierarquizações sociais subalternizam os adolescentes com mais intensidade, deslegitimando suas demandas e, portanto, potencialmente negligenciando seus direitos. Como problematiza Leite ao caracterizar a “diferença adolescente”, “a identificação etária costuma marcar as relações escolares com força notável nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, em dicotomização hierarquizante, que atualiza no espaço-tempo escolar o adultocentrismo em geral prevalente na nossa sociedade” (Leite, 2010, p. 172).

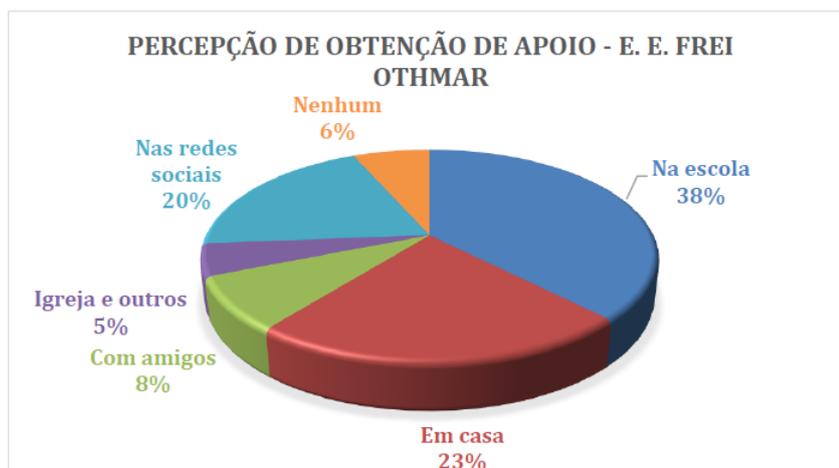
A percepção de estudantes que indicam conhecer e saber que a rede de proteção na cidade funciona, expressando maior confiança na mesma, possui percentuais baixos e bastante próximos em ambas as escolas, níveis de ensino e faixas etárias, sendo 13% de estudantes na Escola 1 e 10% de estudantes na Escola 2, tendo sido incluída nas atividades a divulgação dos conselhos tutelares, das delegacias especializadas da cidade, dos canais de atendimento e demais ferramentas de proteção dos direitos da população, na apresentação audiovisual e no material impresso.

De acordo com a compreensão da juventude como sujeito de direitos e diante da forte presença retórica da noção de protagonismo juvenil no discurso das instituições brasileiras na última década, os dados produzidos no recorte do tema da violência sexual apontam uma contradição importante: que protagonismo há para estes jovens amazônidas se eles permanecem distantes das redes de proteção dos seus direitos? Se somarmos os percentuais que expressam o massivo desconhecimento da rede de proteção de direitos ao amplo reconhecimento do mau funcionamento da mesma (opção “conheço e sei que não funciona”), temos a preocupante caracterização da falta de vínculo e confiança entre instituições e cidadãos jovens no contexto santareno.

Por fim, buscamos conhecer a percepção dos estudantes quanto aos seus modos de

obtenção de mais informações e apoio caso sofressem violência sexual e precisassem de ajuda, elencando alguns espaços e instituições próximas dos mesmos: escola, família, igreja, redes sociais e amigos.

A Escola 1 com mais abordagem do tema violência sexual, foi vista pelos estudantes do EM como o espaço de maior espaço de obtenção de apoio para 38% destes, seguida de 23% que reconhecem que podem obter esse apoio em casa (com a família), além das redes sociais com 20%, dos amigos com 8% e da igreja com 5%.



Com menor abordagem do tema da violência sexual, na Escola 2 29% dos estudantes do EF reconheceram os amigos como o maior espaço de obtenção de apoio, seguindo-se do apoio obtido em casa com a família para 26% dos participantes. A escola foi indicada por 19% dos estudantes como espaço de obtenção de apoio em possíveis casos de violência sexual, ocupando terceiro lugar, seguida das redes sociais (13%) e da igreja (10%).



Há, portanto, grande contraste quanto ao reconhecimento da importância da escola e dos amigos entre os estudantes do EM na Escola 1 e do EF na Escola 2, tendo os estudantes



do EF indicado contar muito mais com os amigos nestes casos do que os estudantes do EM, que indicaram contar mais com a escola. Destaca-se ainda que a obtenção de apoio familiar, expressa na opção “em casa”, ocupou um lugar secundário nas duas escolas.

Reafirma-se aqui a potencialidade da escola no combate à violência sexual contra crianças, adolescentes e jovens, ainda que infelizmente este espaço também não seja livre de violência, como reconheceu um estudante: “Na escola e nos espaços públicos acontecem com frequência” (Estudante 1, EMEF Irmã Dorothy Mae Stang). Conforme Temer coloca:

A escola pode ajudar (e já ajuda) no processo de identificação e denuncia, mas, sobretudo, no processo de prevenção. Muitas vezes o abusador se aproveita da ignorância da criança e, se ela tiver consciência, dependendo da situação, pode mesmo evitar que o abuso ocorra. Fica aqui uma sugestão: não sabemos quantas denúncias de violência sexual chegam por meio da escola e seria muito interessante ter esse dado, fui Delegada de Polícia e boa parte das denúncias tinham esta origem. Para aqueles que acham que o ambiente escolar é um risco para os filhos, vale aqui lembrar que apenas 1% dos casos registrados ocorreu em estabelecimento de ensino. (TEMER, 2022, p. 5)

As sugestões e críticas elaboradas pelos estudantes no espaço aberto do formulário de avaliação aplicado em ambas as escolas, trouxeram outros aspectos relevantes que foram acolhidos no aprimoramento da abordagem. Como exemplo, a avaliação de um participante da Escola 1 indicaria uma lacuna importante: “Abordar casos onde homens são abusados, não foi falado na palestra” (Estudante 3, 3º ano EM, E. E. Frei Othmar). Assim, na abordagem do tema da violência sexual realizada na Escola 2 incluímos dados sobre a vitimização de meninos e jovens do sexo masculino. Com efeito, na Escola 2 emergiram múltiplas experiências de violência, como o relato de um professor sobre ter sido violentado na infância e o triste desabafo de um menino anônimo: “Já fui abusado na escola e pelo meu avô e tio com 5 anos” (Estudante 2, EMEF Irmã Dorothy Mae Stang).

Outro ajuste importante motivado pela sugestão já citada do Estudante 1 do Frei Othmar sobre a necessidade de provocar interações dos estudantes com o tema “em forma de brincadeira para chamar a atenção”, na Escola 2 incluímos uma metodologia específica para o aprendizado prático do consentimento do corpo - o Semáforo do Toque.

Houve certa convergência dos estudantes das duas escolas sobre a percepção da impunidade de criminosos, da dificuldade das instituições brasileiras em aplicar as leis e proteger as vítimas, que se coloca como um anseio punitivista bastante difundido culturalmente, tendo se verificado entre os estudantes como um clamor por penas mais severas, como vemos na Escola 1: “Acredito que as pessoas que sofrem violência sexual precisam ser acolhidas de forma decente. Sob essa perspectiva, as leis de combate a tal crime é ‘frouxa’ e necessitam ser aplicadas com rigor.” (Estudante 3, 3º ano EM, E. E. Frei



Othmar). De modo convergente na Escola 2 os estudantes expressam que: “Tem que prender mesmo quem comete abusos” (Estudante 3, EMEF Irmã Dorothy Mae Stang)/ “Eu acho que todos os estupradores devem ser presos e todas vítimas fiquem bem” (Estudante 4, EMEF Irmã Dorothy Mae Stang)/ “As penas deveriam ser maiores e mais rigorosas” (Estudante 5, EMEF Irmã Dorothy Mae Stang).

Na Escola 2 outras enunciações dos estudantes do EF nos colocaram questões muito pertinentes sobre a falta de credibilidade das vítimas de violência sexual: *“Por que muitas pessoas não acreditam quando uma criança ou uma mulher é abusada?”/ “O que fazer quando a mãe não acredita na criança abusada?”/ “Se uma criança sofreu abuso há 8 anos atrás e quiser falar para alguém, ainda pode ou irão acreditar?”*¹⁰. Tratam-se de questões que escancaram os limites de nossa intervenção e para as quais não temos respostas, mas que devem nos orientar na busca por soluções coletivas, no avanço da compreensão do problema e no aprimoramento das nossas intervenções.

Verificamos ainda que a demanda estudantil da abordagem pedagógica de questões de gênero e sexualidade se estende para além do tema da violência sexual, havendo grande pertinência da educação sexual de modo amplo. Embora não fosse o foco das atividades do projeto, a metodologia dialógica adotada – mais especificamente na Escola 2 junto a estudantes do EF através de uma caixinha de perguntas que buscamos responder ao final da apresentação¹¹, dentro dos limites do tempo destinado à atividade na escola – fez emergir inúmeras perguntas anônimas sobre temas como aborto, prostituição, saúde mental de vítimas de violência sexual, sexo na adolescência entre pessoas da mesma idade e de idades diferentes, dentre outras questões relacionadas às práticas sexuais dos próprios jovens. Verificamos então uma ávida participação dos estudantes do EF na Escola 2 que pode ser interpretada como uma reivindicação destes adolescentes pelo direito à educação sexual e à sexualidade.

Considerações Finais

Em geral, houve reconhecimento da pertinência do projeto por parte dos estudantes, tendo sido possível reconhecer a demanda pelas temáticas de gênero e sexualidade tanto entre os estudantes do Ensino Médio como entre os estudantes do Ensino Fundamental, tal

¹⁰ Tais questões surgiram de modo anônimo na caixinha de perguntas adotada na Escola 2, como explicamos em seguida.

¹¹ No espaço aberto para o diálogo pela caixinha a demanda sobre educação sexual foi explicitada, bem como o nosso insuficiente preparo.



como elaborado pelos mesmos: “Aumentar a segurança e conscientização contra o abuso infantil”. Contudo, apesar do reconhecimento massivo da necessidade destas abordagens, verificamos por parte das escolas maior presença do tema somente entre estudantes do EM e uma ausência mais clara entre estudantes do EF. No tocante as famílias, registramos maior uniformidade da ausência ou da baixa da baixa frequência do diálogo sobre violência sexual entre estudantes de ambas as escolas, tanto no EF quanto no EM.

Por fim, conforme expusemos, verificamos entre os 172 estudantes de duas comunidades escolares do Baixo Amazonas amplo desconhecimento e falta de confiança na rede de proteção de direitos.

Localmente temos, então, um quadro formado por estes elementos: escolas atuando pouco e de modo mais restrito à etapa do EM com estudantes já nos anos finais da adolescência, famílias que seguem silenciando sobre questões de gênero e sexualidade em qualquer idade e conselhos tutelares que permanecem distantes do público e com pouca credibilidade junto ao mesmo. Nele temos reunidas as condições para a perpetuação da violência pelo silêncio e pela falta de informação. Desconstruir a permissão social para que esses crimes continuem acontecendo a partir das escolas da região foi o nosso objetivo neste projeto de extensão desenvolvido em 2024, como tem sido na atuação do NEGED IFPA Santarém, ainda que com uma modesta contribuição.

Referências:

BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. D. C. Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina. 1ª Ed., São Paulo: **Boitempo**, 2020.

COMIN, C. Violência de gênero nos cursos técnicos integrados ao ensino médio em dois campi do IFPA. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Docência para a Educação Profissional, Científica e Tecnológica do **IFPA Campus Conceição do Araguaia**, 2022.

INSTITUTO IGARAPÉ. A violência contra mulheres na Amazônia Legal nos últimos cinco anos em comparação com o restante do país. Rio de Janeiro, 2024.

IFPA/CONSUP. Resolução Nº 706/2022. Disponível em: < <https://proex.ifpa.edu.br/neged/1871-resolucao-de-criacao-dos-nucleos-de-estudos-de-genero-e-diversidade-sexual-neged/file> > . Acesso em: 12 mar. 2024.

LEITE, M. Ativismo político e juventude: catracas na escola e na cidade para os jovens mais jovens. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 26, n. 49, p. 169-185, maio/ago. 2017.

PEÇANHA, V. L. *Sem temer*: demandas de gênero e sexualidade e deslocamentos na tradição do movimento estudantil do Colégio Pedro II. [Tese de Doutorado]. Rio de Janeiro: **UERJ**, 2021.



PEÇANHA, V.; TOMASS, L. Ensino de Sociologia e as questões de gênero e sexualidade na Educação Básica: Contribuições do IV ENESEB. In.: OLIVEIRA, A. (Org.) Conquistas e resistências do Ensino de Sociologia – ENESEB 2019, Maceió, AL: **Editora Café Com Sociologia**, 2021, p. 157-168.

TEMER, L. Violência sexual infantil, os dados estão aqui, para quem quiser ver. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2022.